



PRAGMATISMO OU PRAGMATICISMO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PRAGMATISMO A PARTIR DA ANÁLISE DO ARTIGO *O QUE É O PRAGMATISMO*

(Pragmatism or pragmaticism? Considerations on the concept of pragmatism from the analysis of article what is pragmatism)

Me. Marcelo Silvano Madeira*

Doutorando do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da PUC-SP

RESUMO

Charles S. Peirce é considerado o pai do pragmatismo, doutrina filosófica cujo propósito inicial era aliar o conhecimento racional com ação racional. Entretanto, essa doutrina foi amplamente difundida de maneira desvirtuada em sua época, de tal maneira que não havia mais o pragmatismo, mas “pragmatismos”, obrigando o seu criador a manifestar-se contra essa miríade de doutrinas que pouco ou nada tinham haver com a sua doutrina. Dessa manifestação surgiu o artigo *O que é o Pragmatismo*, publicado em 1905 no periódico filosófico *The Monist*, no qual ele encerra de vez o termo pragmatismo e passa a adotar o termo pragmaticismo, palavra esta que segundo o autor é “suficientemente feia para estar a salvo de raptos” (CP5.414).

Palavras-Chave: Pragmatismo. Pragmaticismo. Crença. Dúvida. Realismo.

ABSTRACT

Charles S. Peirce is considered the father of pragmatism, which is a philosophical doctrine whose initial purpose consisted to ally the rational cognition with rational purpose. However, this doctrine was largely spread differently in its time, since there was not more the pragmatism, but there were “pragmatisms”, obligating its creator to manifest against such myriad of doctrines that not had to do with his doctrine. From this manifestation had arose the paper *What Pragmatism is*, which was published in 1905 in the philosophical journal *The Monist*, where he terminated once the word pragmatism and pass to adopt the word pragmaticism, and such word according to him is “ugly enough to be safe from kidnapers.” (CP 5.414).

Keywords: Pragmatism. Pragmaticism. Belief. Doubt. Realism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do conceito de pragmatismo a partir da análise de um único ensaio de Charles S. Peirce e denominado de *O que é o Pragmatismo*. A escolha por esse ensaio se faz pelo fato dele ter sido um dos primeiros, senão o primeiro ensaio, no qual o seu autor apresenta de maneira direta, mas tardiamente, sua concepção de pragmatismo ao público em geral. Publicado originalmente no periódico *The Monist* em 1905, o autor faz nele a defesa de sua concepção sobre o pragmatismo e os motivos que o levaram a lhe atribuir uma nova designação sem, contudo, alterar o teor do seu significado.

O artigo *O que é o Pragmatismo* é constituído, basicamente, de quatro partes, sendo que a primeira apresenta as considerações que levaram o autor a conceber tal concepção; a segunda consiste nos princípios adotados pelo autor na formulação de uma nomenclatura filosófica para tal concepção; a terceira consiste na descrição da própria



concepção e a quarta, e última parte, apresenta algumas influências do autor. Assim, feitas estas considerações, passemos agora a análise do artigo.

O primeiro fato para o qual Peirce chama a atenção do leitor é a presença de dois tipos de conhecimento, a saber: o conhecimento prático e o conhecimento teórico. Referimo-nos primeiramente ao conhecimento prático, pois é a partir dele que Peirce inicia o seu artigo. Embora essas duas formas de conhecimento não representem novidade alguma no âmbito do conhecimento, o que o autor quer aqui destacar é o modo como essas formas de conhecimento se relacionam e quais as consequências desse relacionamento entre elas.

Aliás, segundo Peirce, os homens que adotam tais posturas de conhecimento não chegam a se relacionar apropriadamente, de tal modo que, o autor chega ao ponto de compará-los como água e óleo. Por mais que se misturem e se agitem, pouco tempo depois eles voltam a se separar e cada um segue o seu caminho. Mas, voltemos ao texto. Peirce introduz o texto com a descrição de um experimentalista. E quem é esse experimentalista? Segundo Peirce, o experimentalista é o homem de laboratório, em outras palavras, é o cientista. Mas, com o intuito de nos mantermos fiéis ao texto, utilizaremos a palavra experimentalista na acepção dada pelo autor. Ainda, segundo o próprio Peirce, o experimentalista tem a sua conduta moldada pela vida em laboratório, mas não é uma conduta adquirida conscientemente, ao contrário, trata-se de uma conduta quase que adquirida totalmente de maneira inconsciente.

Para o experimentalista, toda asserção que se faz deve produzir uma ação, isto é, deve ter uma consequência ou um efeito prático. Asserções das quais não se extrai um efeito não possuem sentido, ou seja, o experimentalista não percebe sentido numa asserção que não gere uma ação. E é justamente neste ponto que Peirce se debruça para mostrar que por trás dessa asserção que gera uma ação, há métodos de pensamento ou, de outro modo, de que há uma ontologia a qual o experimentalista não se dá conta e que só seria possível de percebê-la através da associação deste com o metafísico e, que segundo Peirce, o metafísico só se daria conta se se dispusesse a investigar em detalhes a vida do experimentalista. E, é dessa similaridade que o autor identifica entre alguns fluxos de pensamento com aqueles observados em laboratório a afinidade entre as duas formas de conhecimento que levará Peirce a criar uma concepção que possua o embasamento no conhecimento teórico, isto é, ontológico que conduza a ações plenas de conteúdo. Vejamos, então, através das palavras do autor:

[...] arquitetou a teoria de que uma *concepção*, isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta da vida, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito, e *nele não há absolutamente nada mais*. Para esta doutrina o presente autor inventou o nome de *pragmatismo*. [Ainda] O traço mais notável da nova teoria era seu reconhecimento de uma conexão inseparável entre a cognição racional e o propósito racional [...] (Semiótica, págs. 284 e 285).



Peirce possui uma visão muito peculiar a respeito da nomenclatura filosófica.¹ Essa visão deve-se ao fato dele conceber a filosofia como uma ciência e, como tal, deve possuir um vocabulário próprio elaborado pelos mesmos meios que os experimentalistas se utilizam para conceber o vocabulário das ciências naturais quanto à formulação de conceitos, ou seja, o filósofo elabora um conceito cujo significado seja universal e submete-o a avaliação de seus pares, os quais podem aceitá-lo ou não. Caso tal conceito não seja aceito, tem de se considerar o porquê dessa não aceitação. Mas se for aceito, ele pode ser partilhado de maneira tal que todos contribuam para o crescimento do seu significado.

Porém, cabe aqui ressaltar que o verdadeiro motivo para a inserção da abordagem da nomenclatura filosófica é que ela servirá de fundamento para dois motivos apontados por Peirce, os quais veremos adiante, a saber:

1. Vale-se desse processo de formulação de nomenclatura filosófica para fundamentar a troca do nome da sua doutrina;
2. Para distinguir a sua doutrina daquelas elaboradas por outros filósofos que se apropriaram indevidamente do nome dessa doutrina para batizar outras concepções filosóficas que nada se assemelhavam com o original.

Desse modo, veremos Peirce abandonar a designação pragmatismo pela adoção da palavra pragmaticismo, com o propósito de abarcar todo o significado de sua concepção, e como dissemos em nosso resumo, palavra esta que segundo o autor é *suficientemente feia para estar a salvo de raptores* (5.414).

Assim, compete aqui dizer quem são esses *raptores* do pragmatismo aos quais Peirce se refere? No que consiste essa doutrina? E qual o propósito dela? Para entendermos o motivo dessa mudança de designação, devemos considerar alguns aspectos históricos referentes ao tema.

A princípio, a doutrina do pragmatismo, assim como concebida por Peirce, surgiu em meados de 1870 e a qual ele tratou de divulgar apenas entre seu círculo de amigos, mas, em momento algum, até a publicação desse artigo, o autor fez qualquer menção pública da palavra pragmatismo, embora tivesse publicado a máxima desta doutrina no ensaio *Como tornar nossas ideias claras*.² Porém, nem nesse artigo nem em qualquer outro publicado, Peirce faz menção a essa palavra.

Em termos gerais, a princípio, pode-se conceber o pragmatismo como um método de investigação lógica com o intuito de alinhar teoria e prática, isto é, toda inferência e pensamento concebidos devem ter sua validade confirmada numa efetivação fenomenológica, em outras palavras, devem ser verificados empiricamente. Mas, para não criarmos falsas impressões de que este método seja, assim, um método *utilitarista* – tal como o fizeram William James e Ferdinand S.C. Schiller, os quais popularizaram o termo, atribuindo-lhe um caráter psicológico em detrimento do lógico – devemos considerar que a origem do termo pragmatismo decorre das ponderações feitas por Peirce a partir de seu trabalho em laboratório, como experimentalista,³ em conciliação



com seus estudos filosóficos decorrendo, dessa maneira, numa relação entre conhecimento racional e propósito racional, ou seja, aquilo que se pode conhecer racionalmente deve se efetivar numa ação racional. Tal relação assim evocada por Peirce, e como reforçada no transcorrer do artigo, deve influir na conduta humana.

Embora Peirce tenha concebido seu pragmatismo com esse propósito, ele não foi capaz de lhe dar o destino desejado. Com o decorrer dos anos, o autor vê seu conceito de pragmatismo seguir outro rumo. Amplamente divulgado nos trabalhos dos já mencionados James e Schiller, como mencionado acima, os quais se apropriaram desse termo e utilizaram-no para concepções dispares daquela atribuída por Peirce, esse uso equivocado do termo pragmatismo, obrigou Peirce a criar, segundo a sua *Ética da Terminologia*,⁴ um novo termo que distinguisse o seu pragmatismo das concepções enunciadas por James e Schiller. Pois, ao ser usado em sentido amplo, ela perdeu suas características mais elementares, passando a adquirir o uso equivocado que recebeu quando passou para o domínio público. Assim, Peirce abdica da palavra pragmatismo e adota como designação de sua doutrina a palavra *pragmaticismo* para preservar, assim, o seu aspecto lógico.

Mas, no que consiste o *pragmaticismo* peirciano? E por que segundo o autor ele leva vantagem sobre os demais? Para compreendermos o que é esse *pragmaticismo*, devemos partir de dois aspectos distintos, a saber: o primeiro aspecto refere-se a relação entre a teoria *dúvida-crença* e o modo como esta se insere na filosofia de Peirce. Quanto ao segundo aspecto, veremos que este se refere propriamente à máxima do *pragmaticismo*.

1. TEORIA DA DÚVIDA-CRENÇA

O *pragmaticismo* surgiu como uma crítica àqueles filósofos que adotavam, por assim dizer nas palavras do autor, um determinado estado de espírito que não refletia de maneira correta o estado em que eles se encontravam quando começavam a filosofar. Isso fica mais evidente quando Peirce se refere indiretamente a Descartes, ao dizer que: *Um deles propõe que comecemos por duvidar de tudo, e por dizer que só há uma coisa de que não podemos duvidar, como se duvidar fosse 'tão fácil quanto mentir'* (CP. 5.416). Para Peirce, a adoção desse tipo de raciocínio é uma das formas mais fracas de se iniciar uma filosofia, mesmo que seja um simples método, pois esse método não busca descobrir a verdade ou a falsidade de uma proposição que se deseja conhecer, mas, apenas, busca atingir uma certeza que dúvida alguma possa abalar. Esse tipo de abordagem filosófica opta por adotar uma forma de conhecimento subjetivo em detrimento de uma forma de conhecimento objetivo.

Assim, a objeção de Peirce a Descartes centrava-se, sobretudo, no estabelecimento da *dúvida* metódica como ponto de partida da filosofia, pois, para Peirce, *dúvida* não é oriunda de uma *volição*, ao contrário, ela tem de ter um aspecto real que a faça atuar incisivamente sobre uma *crença*, interrompendo a continuidade desta. Não se *dúvida* por que assim se queira, mas, *duvida-se* porque um fato se impôs à *crença*. Além de negar a adoção de um *subjetivismo* como início do filosofar, Peirce critica, justamente, o



método cartesiano por anular o conhecimento prévio. O autor não vê o porquê de se abdicar do conhecimento prévio, já fundamentado na experiência, em detrimento de um método *faz-de-conta*, um processo da imaginação.

Ao contrário de Descartes, Peirce não busca crenças cujas certezas sejam indubitáveis, mas crenças que sejam decorrentes de investigações científicas baseadas no raciocínio lógico e que influam na conduta humana, para tanto, tais crenças devem se basear em proposições verdadeiras e não em proposições decorrentes de um estado volitivo como queria Descartes. O que, então, Peirce entende por crença e dúvida? Vejamos, agora, o significado que o autor atribui a esses dois conceitos. Nas palavras do autor, crença é:

[...] um hábito da mente que, essencialmente, dura por algum tempo e que é em grande parte [...] inconsciente; e tal como outros hábitos, é [...] auto-satisfatório. A dúvida é de um gênero totalmente contrário. Não é um hábito, mas privação de um hábito. (CP 5.417)

Dessas definições, podemos constatar que as crenças estão inseridas na forma de hábitos de conduta das nossas ações. Por sua vez, ao moldar a conduta, esses hábitos levam-nos a entrarmos numa zona de conforto ao nos fazer agir sem esforço reflexivo na medida em que os aceitamos por verdadeiros.

Por outro lado, a concepção de uma crença demanda recorrência de fenômenos semelhantes que tendam para o futuro, possuindo, assim, a mesma tessitura de uma lei geral. Tornando-se geral e contínua, ela proporciona estabilidade ao agir, moldando, assim, a nossa conduta. Só abandonamos esse estado seguro de conduta quando nos deparamos com um fenômeno que interrompe a continuidade da crença ao qual ele está relacionado.

Eis que surge a dúvida *como privação de um hábito* como dito anteriormente. Ao interromper a continuidade da crença, ela faz com que a mente mova-se para sair desse estado duvidoso e retorne ao estado anterior. Embora possamos considerá-la como um aspecto negativo ao gerar a descontinuidade do hábito, ela proporciona, por outro lado, o estímulo a abandoná-la, obrigando a mente a sair desse estado desconfortável com o propósito de restabelecer a continuidade perdida. Desta maneira, ela se torna o estágio intermediário entre uma crença e outra. Ela é gerada pela percepção imediata de um fato que contradiz a crença cujo fato deveria confirmar, mas que não o faz. A dúvida deve surgir naturalmente da ação gerada por um hábito que reage com um fato que, teoricamente, teria de corroborar. Porém, a dúvida não produz conhecimento, mas é o estímulo para que a mente restitua o hábito corrompido.

Assim, crença e dúvida não são produtos de volição, de um processo subjetivista, isto é, não devemos crer ou duvidar pura e simplesmente porque o desejamos ou porque seja agradável crer ou duvidar, por outro lado, na filosofia peirciana, tanto a crença quanto a dúvida resultam de ações cognitivas ou do rompimento dessas ações. Crença conduz a um estado satisfatório enquanto dúvida causa irritação. Crença e dúvida produzem estados psicológicos, mas não é o estado psicológico que fundamenta o conhecimento. O que fundamenta a investigação é o processo lógico.



O processo lógico está inserido no autocontrole. O autocontrole é o estado lógico que guia a ação futura que subjaz a um hábito. Dito em outras palavras, os hábitos estão submetidos ao autocontrole. Crença e dúvida geram estados psicológicos distintos, opostos entre si, que subjazem a um autocontrole, que pode ser tanto ético quanto lógico e que exerce um *poder* de controle sobre esses estados psicológicos. Hábitos são crenças que tendem a produzir ações futuras. O que Peirce diz é que esse indivíduo pode exercer um autocontrole sobre as suas ações futuras de modo que elas não sejam obrigatoriamente uma relação de causa e efeito. Desse modo, se hábito tende a produzir um aspecto psicológico, o autocontrole tende a ser um aspecto lógico da mente que controla o hábito.

Portanto, crenças concebem hábitos e hábitos estão presentes na nossa vida, na nossa conduta. Eles são as certezas que temos de que determinado evento ocorrerá de tal e tal modo, de maneira que não podemos duvidar. Do mesmo modo, pensamentos também são uma forma de conduta e, também, estão submetidos a um autocontrole lógico-ético que pode submetê-los a um processo de autocensura. Não é outra a concepção peirciana sobre pensamento, diz o autor: [...] *deveria, antes ser entendido como algo que cobre toda a vida racional, de forma a que um experimento possa ser uma operação do pensamento.* (CP 5.420)

2. A MÁXIMA DO PRAGMATICISMO E OS FENÔMENOS EXPERIMENTAIS

Visto esse primeiro aspecto, vejamos agora o que diz o segundo e, para isso, teremos de recorrer à máxima do pragmaticismo tal como enunciada por Peirce no artigo, a saber: *Considere quais efeitos que possivelmente pode ter a influência prática que você concebe que o objeto de sua concepção tem. Neste caso, sua concepção desses efeitos é o TODO de sua concepção do objeto.* (CP 5.422)

Para entendermos o que significa esses efeitos que podem ter influência sobre a conduta, devemos recorrer, primeiro, ao que Peirce entende por experiência, diz ele: *Experiência é o curso da vida. O mundo é aquilo que a experiência inculca.* (CP 1.426). Mas como se faz essa experiência? Ou seja como se realiza o experimento?

A essa pergunta Peirce responde que, primeiro, o experimentador deve ser humano para realizar a experiência; segundo, ele deve possuir uma hipótese verificável que esteja dentro do seu universo de conhecimento; e, terceiro, uma dúvida legítima quanto à verdade da hipótese proposta. Feito isto, o cientista ou experimentalista, como diria Peirce, identifica e seleciona os objetos que estão dentro do escopo do experimento, efetua a sua experiência sobre o objeto e espera as possíveis reações que tal experimento possa corroborar ou não sua hipótese, e são destas reações o que objeto fato diz o que realmente é.

Assim, a experiência não é o mero suporte onde ocorre a investigação feita pelo experimentador, ela é o que de fato comprova ou não a validade da hipótese verificável. O resultado obtido consiste no significado da aplicação prática que envolve a



capacidade de hipóteses se efetivarem enquanto ato. A conformação do fenômeno experimentado com a hipótese gera a crença, mas não através de uma experimentação singular, única, mas essa experimentação deve ser uma investigação recorrente com o propósito de confirmar a validade de tal hipótese.

Entretanto, o pragmaticismo não lida com experimentos singulares e isolados. Ao contrário, Peirce concebe tais experimentos como experimento coletivo singular. Coletivo porque ele representa o todo do objeto e, singular porque ele é efetuado uma única vez, enquanto que a repetição dele consiste em outro experimento. Tais experimentos é o que o autor denomina por fenômenos experimentais. Por fenômenos experimentais devemos entender fenômenos que, se cumpridas determinadas circunstâncias, tendem a ser passíveis de verificação no futuro. Assim, como diz Peirce no texto, eles não remetem a um passado morto, mas, desde que se cumpram determinadas circunstâncias, eles se efetivarão num futuro vivo, pois cada fenômeno experimental carrega a idéia geral do fenômeno que ele representa.

Assim, enquanto experimento é algo que pode ser feito singularmente, os fenômenos experimentais consistem naqueles fenômenos que não acontecem apenas aqui e agora, isto é, não são redutíveis a um experimento singular, mas, são fenômenos que possuem uma ocorrência futura e constituirão o significado racional daquele objeto.

Desse modo, compete ao experimentalista, a cada verificação efetuada desses fenômenos experimentais, eliminar todo “elemento sensório” e deles extrair aquilo que representa o aspecto geral do fenômeno conformando-os num significado racional que possa ser passível de verificação futura. Assim, esses fenômenos experimentais produzem significados racionais que, por sua vez, geram crenças e, estas geram hábitos, os quais representam o todo do objeto que pode afetar a conduta humana. Segundo Peirce:

Sempre que uma pessoa agir intencionalmente, age sob a crença em algum fenômeno experimental. Por conseguinte, a soma de fenômenos experimentais que uma proposição implica constitui todo o alcance deste fenômeno sobre a conduta humana (CP5.427).

3. REALISMO

Poderia se questionar se ao conceber significações gerais e reais, o pragmaticismo estaria a conceber propósitos finais. Para isso responderíamos que não, pois isso seria o seu próprio fim. Essa doutrina envolve propósito racional, intenção, crença e autocontrole, não se limitando, portanto, a um agir pelo simples fato de agir.

O pragmaticismo não consiste no agir compulsório, mas consiste no agir intencional segundo o propósito racional que determinado pensamento (significado racional) veicula ou, como diz Peirce, pragmaticismo não é ação, mas estar preparado para agir segundo determinadas circunstâncias assim o favoreçam, mas, mesmo assim, ainda há a possibilidade de se exercer um autocontrole sobre essa ação tornando-a possível ou não.



Ao conceber significações gerais, o pragmaticista está a interpretar o mundo e não a constituí-lo, ou seja, ao mundo compete ditar a forma como o pragmaticista deve interpretá-lo e compreendê-lo, isto é, extrair dele as leis gerais que ordenam os diversos fenômenos.

CONCLUSÃO

Em suma, ao realizar verificações sobre os fenômenos experimentais, o pragmaticista coleta de cada fenômeno aquilo que apresenta semelhança com os fenômenos verificados anteriormente, ou seja, ele abstrai de cada fenômeno aquilo que permanece, isto é, a sua essência ou o que permite tornar geral, submetendo tais fenômenos à mesma significação. A essa significação, o pragmaticista atribui um nome próprio que é sempre de natureza geral, tornando o significado de uma palavra a essência da realidade daquilo que ela significa. Além disso, segundo Peirce, ser geral é da mesma ordem do ser real, e a natureza geral da significação, permite que ele extraia proposições e as verifique empiricamente tornando-se passíveis de atribuição de valores de verdade, tal como afirmado pelo próprio Peirce, a saber:

Aquilo que toda proposição verdadeira afirma é real, no sentido de ser tal como é independentemente daquilo que você ou eu possamos pensar a respeito. Seja esta proposição uma proposição condicional geral quanto ao futuro, e neste caso ela será um geral real na medida em que está realmente calculada para influenciar a conduta humana; e na medida em que o pragmaticista sustenta que é o propósito racional de todo conceito (CP 5.432).

Desse modo, Peirce buscou com o pragmaticismo estabelecer uma teoria da significação cujo propósito é estabelecer, de maneira lógica, não uma doutrina da ação, mas uma concepção de se estar preparado para agir quando determinado evento assim o exija, ou de outro modo, a efetivação de um pensamento ou idéia geral exteriorizada na forma de uma conduta, que corrobore o pensamento com a ação exteriorizada.

BIBLIOGRAFIA

IBRI, Ivo A. *Kósmos Noétos*. A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce. 1ed. São Paulo: Perspectiva: Hólon, 1992. (Coleção Estudos, v. 130).

_____. "Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas." *Cognitio*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 168-179, jul/dez. 2004.

_____. "Pragmatismo e Realismo: A Semiótica como Transgressão da Linguagem." *Cognitio*, v. 7, n. 2, p. 247-259, jul/dez. 2006.

MADEIRA, Marcelo S. *Peirce: Pragmatismo e Método de Investigação à Luz das "Illustrations of the Logic of Science"*. São Paulo. 1998. Dissertação de Mestrado. PUCSP.



PEIRCE, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Hartshorne, M., Weiss, P. and Burks, A. (Eds.) Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931-35 e 1958; 8 vols.

_____. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Coleção Estudos v. 46).

ROSENTHAL, Sandra B. *Charles Peirce's Pragmatic Pluralism*. 1. ed. Albany: State University of New York Press, 1994.

NOTAS

* Este artigo foi concebido a partir de comunicação apresentada na IX Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS realizada entre os dias 25 e 27 de junho de 2012, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

¹ Para uma análise mais detalhada dessas regras de elaboração de nomenclatura filosófica, veja o artigo *Ética da Terminologia*, publicado no idioma português in: *Semiótica*, páginas 39 a 43 e, no original, nos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, abreviadamente CP 2.219 até 2.226.

² Segundo artigo da série de seis artigos, denominados em seu conjunto como *As Ilustrações da Lógica da Ciência*, publicado no periódico *Popular Science Monthly*, em janeiro de 1878.

³ Utilizamos o termo experimentalista no lugar de cientista para nos mantermos fiéis ao termo empregado por Peirce no ensaio.

⁴ Publicado originalmente em *Syllabus of Certain Topics of Logic*, 1903.

Artigo Recebido em 14/10/2012
Artigo aprovado em 20/11/2012